



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2017**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, no Auditório dos Edifícios Centrais do Parque Tecnológico, em Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um - Intervenção do público;-----

Ponto Dois - Período antes da Ordem do Dia;-----

Ponto Três - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais ao abrigo do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de Março, que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao fato do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto na alínea b) do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, referente ao procedimento para aquisição de fornecimento de energia elétrica – ao abrigo do acordo Quadro n.º 1/2016-CC-OESTECentral de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste (cc-oeste) – inclusão do lote 5;-----

Ponto Quatro - Apreciação e eventual aprovação da proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e PAM para 2017;-----

Ponto Cinco - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2017; -----

Ponto Seis - Apreciação e eventual aprovação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação – 2016, conforme previsto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Ponto Sete - Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício do ano de 2016;-----

Ponto Oito - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e, de seguida, a segunda Secretária, Ana Margarida Reis, fez a chamada.-----

---**Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado Fernando Jorge Sousa e Silva, Carlos Miguel Sousa, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, João António de Sousa Veludo, José Luís Rocha de Oliveira, Pascal Carvalho, José Ferreira de Sousa Coutinho, José Rui Pereira da Silva Raposo, Laura Sousa Rodrigues de Castro Ferreira, Bruno João Rebelo da Silva, Ana Catarina Brás de Carvalho, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega, João Paulo de Oliveira Cardoso, André Filipe Freitas Duque, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Humberto José Antunes.-----

---**Substituições** – As senhoras deputadas Anabela Blanc Capinha Corado, Maria Cristina Fernandes Rodrigues e Sílvia Maurício Correia fizeram-se substituir respetivamente pelos senhores deputados Carlos Miguel Sousa, João António de Sousa Veludo e José Rui Pereira da Silva Raposo.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

Os senhores deputados Albino Agostinho de Sousa e Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, fizeram-se substituir respetivamente pelo senhor deputado Pascal Carvalho, e senhora deputada Laura de Castro Ferreira.-----

A senhora deputada Anabela Braga Adónis o senhor deputado Luís Miguel Gonçalves de Oliveira e a senhora deputada Dina Fernanda Pereira Vieira, foram substituídos pelo senhor deputado Bruno João Rebelo da Silva pela senhora deputada Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega e pelo senhor deputado André Filipe Freitas Duque respetivamente.-----

Por último o senhor deputado e presidente da Junta de Freguesia do Vau, Joaquim dos Santos Martins fez-se substituir pelo senhor deputado Humberto José Antunes.-----

--- **Quórum** – Vinte e oito presenças.-----

--- **Faltas** – Registou-se a falta das senhoras deputadas Anabela Blanc Capinha Corado, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, Anabela Braga Adónis, Sílvia Maurício Correia e Dina Fernanda Pereira Vieira e dos senhores deputados Albino Agostinho de Sousa Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, e Joaquim dos Santos Martins.-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

Ponto Um - Intervenção do público-----

---Foi dada a palavra ao senhor João Dias, na qualidade de morador na Quinta de São José no Senhor da Pedra, que deu conta de um aumento significativo do número de moscas e, atendendo a que tinha sido criada uma Comissão para monitorização do problema, pediu para que o senhor Presidente da Câmara Municipal, fizesse um ponto de situação relativamente a esta situação, mais concretamente, no que dizia respeito ao Aviário da Avarela.-----

---Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma saudação especial ao senhor Presidente da Câmara Municipal, passando-lhe de imediato a palavra para que este respondesse à questão colocada.-----

---O senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e, fez saber que apesar das várias insistências e queixas relatadas por parte da Câmara Municipal e, na sequência das várias situações ocorridas, o plano de monitorização da Avarela, passou a ser um Plano mais abrangente, perdendo-se no seu entender, um conjunto de possibilidades, numa fase inicial, desse poder ser efetuado com um conjunto de equipamentos que tinham delineado.-----

Acrescentou que, no âmbito desse novo Plano, a monitorização passaria a ser feita apenas e exclusivamente através de visitas às explorações pecuárias, onde passariam a ser efetuadas visitas regulares a partir do mês de Maio, estando envolvidas várias entidades, tais como a Câmara Municipal de Óbidos, DRALVT, CCDR , APA , ARH, ficando abrangidas cerca de oitenta explorações, incluindo a unidade da Avarela.-----

Ponto Dois - Período antes da Ordem do Dia:-----

---O senhor deputado Custódio Santos pediu a palavra para apontar algumas das possíveis causas que contribuíram para o elevado número de moscas no concelho de Óbidos, para além das já verificadas, nomeadamente, o saneamento municipal bem como a possível falta de manutenção em alguns estabelecimentos comerciais, importando na sua opinião, aferir qual a verdadeira origem das moscas.-----

Demonstrou ainda o seu desagrado acerca da localização da paragem de autocarros estando esta, segundo a sua opinião, sob a linha de água, pelo que deveriam ser tomadas as medidas necessárias para ultrapassar esta situação.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

---Pedi a palavra o senhor deputado José Rui Raposo cuja intervenção se transcreve:-----

“No período de Antes da Ordem do Dia, da Sessão da Assembleia Municipal, realizada em 23 de Fevereiro do corrente ano, os representantes da Associação de Moradores do Casal da Avarela deram a conhecer um documento, distribuído na mesma e que consta integralmente da proposta de Ata que adiante será submetida à votação deste órgão.-----

No aludido documento era tecida um conjunto de considerações sobre o conteúdo do Relatório Final aprovado na Assembleia Municipal de 24 de Novembro de 2016 e o funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Avarela.-----

As considerações em causa são do conhecimento dos Srs. Deputados, porque como já se referiu, o documento em questão foi aqui distribuído oportunamente.-----

Entendeu, na ocasião, o Grupo Municipal do PCP que a divulgação pública destas considerações, pelos representantes da Associação de Moradores, não era oportuna e deveria ter sido mantida no estrito foro da Comissão de Acompanhamento para, fundamentalmente, evitar a desvalorização daquilo que é fundamental neste processo – resolver os graves problemas que afetam os moradores do Casal da Avarela.-----

Daí que as não tenha rebatido, até porque, entretanto, antes de iniciada a sessão da Assembleia, já tinha sido consensualizado o prosseguimento dos trabalhos da Comissão até ao final do mandato tendo como primeira tarefa proceder às correções ao Relatório aprovado em 24 de Novembro, tendo por base as propostas da Associação de Moradores.-----

Procurou o Grupo Municipal do PCP, através do seu representante na Comissão de Acompanhamento que os representantes da Associação de Moradores corrigissem a sua posição, tendo exposto de forma fundamentada, franca e aberta, a sua opinião sobre as considerações feitas, em reunião da Comissão, realizada em 21 de Março. Estes recusaram fazê-lo, reiterando todas as considerações anteriormente feitas.-----

Perante este facto, o Grupo Municipal do PCP entendeu reconsiderar a sua presença na Comissão de Acompanhamento, tendo fundamentalmente em conta que as considerações feitas e reiteradas pelos representantes da Associação de Moradores, punham e põem em causa o comportamento ético dos três deputados municipais e em especial do deputado relator, encarregue de divulgar o Relatório em todas as suas fases, entre os pares da Comissão.-----

No dia 27 de Março, o Grupo Municipal do PCP, comunicou por e-mail remetido a todos os membros da Comissão de Acompanhamento que não estava em condições de se fazer representar naquela, sem que antes reunisse com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo para o efeito, no mesmo dia, solicitado essa mesma reunião.-----

Dado que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não respondeu a esta solicitação do Grupo Municipal do PCP, reiterada posteriormente a 3 de Abril e a 24 de Abril, entendemos dever transmitir publicamente, nesta Sessão, a nossa posição sobre as considerações proferidas pelos representantes da Associação de Moradores na sessão da Assembleia Municipal de 23 de Fevereiro.-----

No documento distribuído pelos representantes da Associação de Moradores, pode ler-se no seu nº3, que “...foram introduzidas alterações sem o conhecimento dos Representantes dos Moradores da Avarela”, entre a data da última reunião anterior à Assembleia Municipal de 26 de Novembro de 2016, realizada a 11 de Novembro.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

Ora, tal não corresponde com a verdade dos factos, porquanto, a 16 de Novembro, foi remetido a todos os membros da Comissão de Acompanhamento, um mail, sob a epígrafe “Relatório Final-Versão Final”, acompanhado de um anexo, contendo o Relatório com alterações decorrentes de propostas entretanto formuladas depois de 11/11, de autoria do Sr. Deputado José Machado, correspondendo a opiniões por si formuladas nas reuniões da Comissão e que este solicitou que fossem incluídas.----- Não podem pois os representantes da Associação de Moradores invocar desconhecimento das alterações introduzidas no Relatório, antes de o mesmo ter sido submetido à apreciação da Assembleia Municipal, porque o mesmo lhes foi remetido com antecedência suficiente, pelo que se tivessem considerações a fazer sobre as alterações introduzidas, poderiam tê-lo feito ainda antes da reunião daquele Órgão Municipal. Aliás, por proposta do representante do Sr. Presidente da CMO, foi ainda introduzida uma última alteração na deliberação relativa ao processo dos Aviários, que consta da parte final do Relatório.-----

Num manifesto exagero de apreciação, sem fundamento, os representantes da Associação de Moradores declaram no seu documento que das alterações introduzidas, “resultou um texto completamente diferente que desvirtua o consenso a que todos os elementos da Comissão haviam chegado”. De facto, as alterações que invocam e de que, como já referimos anteriormente, foram conhecedores a 16/11, resumem-se a 2 páginas e a uma linha, no Ponto 4 da Resolução, relativa aos Aviários, num relatório que é composto por 22 páginas.-----

O consenso a que os membros da Comissão haviam chegado não foi desvirtuado porquanto as conclusões e as propostas do Relatório não foram adulteradas, nem alteradas, na sua essência e na esmagadora maioria da sua forma.-----

O Grupo Municipal do PCP não aceita que os representantes da Associação de Moradores afirmem, como no Ponto 9 do seu documento que o “Relatório contém afirmações em que não há lugar a contraditório”.-----

Quer o que está plasmado ao longo do mesmo, bem como o que resulta da análise dos mais de 20 anexos ao Relatório, contém suficiente contraditório para sustentar as conclusões retiradas e apresentar as propostas nele insertas.-----

Mas, ao mesmo tempo que é invocada uma alegada ausência de contraditório, também se procura, logo de seguida, no Ponto 10 do documento dos representantes da Associação de Moradores, impor uma verdade absoluta, sem contradição, mas também sem fundamentação técnica e científica (que até poderá vir a ser adquirida) para a defender.-----

Como sempre defendemos ao longo deste processo, o Grupo Municipal do PCP não procura, nem procurará, retirar conclusões não fundamentadas dos factos que tem em presença, com base em apreciações empíricas e com falta de rigor, somente para daí retirar dividendos de carácter político-partidário.-----

O Grupo Municipal do PCP reafirma a sua convicção nas conclusões e decisões contidas no Relatório, cuja versão foi aprovada na Sessão da Assembleia Municipal, de 26 de Novembro de 2016.-----

E reafirma a sua vontade de pelos meios que estiverem ao seu alcance, continuar a contribuir para a defesa dos direitos e interesses dos moradores do Casal da Avarela que consideramos estarem a ser postos em causa, no plano da qualidade de vida e da salvaguarda do seu património.-----

Ainda que o Grupo Municipal do PCP tenha comunicado a ausência de condições para se fazer representar na Comissão de Acompanhamento, não deixou de tentar contribuir para a melhoria do conteúdo do Relatório Final, tendo no final da reunião



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

da Comissão de Acompanhamento, realizada a 21 de Março, distribuído aos seus membros, um conjunto de propostas de melhoria do teor do aludido Relatório Final.-- Continuamos a aguardar, para a tomada de uma posição definitiva sobre a nossa participação na Comissão de Acompanhamento, da devida correção da posição dos representantes da Associação de Moradores e da reunião por nós solicitada com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----
Disse".-----

---O senhor deputado João Paulo Cardoso pediu a palavra, cumprimentou os presentes, e demonstrou a sua satisfação pela forma como a mesa da Assembleia Municipal estaria colocada, trazendo no seu entender, dignidade a este Órgão.-----

---O senhor presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho Hélder Mesquita, congratulou a Câmara Municipal pelo facto de Óbidos ser considerado o município da zona Oeste, que mais devolvia IRS às famílias, nomeadamente entre 3 a 4%, segundo teria sido noticiado recentemente.-----

---O senhor presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros Heitor Conceição, cumprimentou os presentes e, agradeceu a todos os que estiverem presentes nas Comemorações do vinte cinco de abril, em especial ao executivo municipal.-----

Aproveitou ainda para fazer um agradecimento ao senhor Presidente da Câmara, pelo esforço financeiro na aquisição de dois imóveis na aldeia de A-dos-Negros, nomeadamente uma adega antiga e um terreno onde, estará prevista a construção do armazém da Junta de freguesia, agradecendo assim, em nome de todos os habitantes da freguesia.-----

---O senhor deputado José Machado pediu a palavra para lembrar que até à presente data não teria sido dado cumprimento, ao acordado na Assembleia Municipal anterior, nomeadamente, o envio a todos os membros, da versão final da ata relativa à sessão de vinte e quatro de novembro de dois mil e dezasseis, incluindo o então aprovado relatório final da Comissão de Acompanhamento da Avarela, sobre problemas ambientais, ficando apensado à mesma o texto do corpo principal do referido relatório e bem assim a lista dos seus anexos, incluindo-se referência expressa no corpo principal da ata de que aquele relatório faz parte integrante da mesma, pelo que solicitou que fossem tomadas as medidas necessárias para o efeito.-----

---Pediu a palavra a senhora deputada Márcia Nóbrega que, após cumprimentar os presentes, solicitou esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara Municipal acerca do ponto de situação, no que dizia respeito às obras de requalificação da Igreja do Nosso Senhor da Pedra bem como do adarve da muralha.-----

---Pediu a palavra o senhor deputado Ricardo Duque, cumprimentou os presentes e solicitou o ponto de situação quanto à obra do Largo de São Marcos nas Gaeiras.----

---Tomou a palavra o senhor deputado André Duque, fazendo um cumprimento a todos os presentes e no seguimento das intervenções anteriores, solicitou o ponto de situação relativamente à obra na Freguesia de A-dos-Negros.-----

---Tomou a palavra o senhor deputado João Carlos Costa, cumprimentou os presentes, tendo feito um agradecimento especial ao senhor Presidente da Câmara Municipal, pelas obras realizadas na Ecopista de Óbidos bem como, pelo início dos trabalhos de Requalificação dos Armazéns do Vinho em A-da-Gorda.-----

Fez referência ao evento Ideas World Cup, onde o município de Óbidos foi o local escolhido para a sua realização, devido ao facto, deste assumir no seu posicionamento estratégico, a criatividade como um fator essencial ao desenvolvimento.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		6
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

Por último, destacou o primeiro encontro de literatura e viajantes, que se iria realizar de vinte e oito de abril a um de maio, inserido na programação de Óbidos Vila Literária, denominado Latitudes, colocando Óbidos no roteiro da literatura.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Ana Margarida Reis que deu conta do Encontro Pedagógico realizado em Ourense, onde foi debatido o Projeto Educativo de Óbidos, e analisadas as formas diferenciadas como este foi posto em prática.-----
Fez ainda referência ao Encontro desportivo que se realizou no Pavilhão Municipal, em que foi demonstrado, todo o trabalho musical e desportivo desenvolvido nas escolas de Óbidos, envolvendo assim toda a comunidade escolar e famílias.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Catarina Carvalho, que após cumprimentar os presentes, fez saber da insistência em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, para que a Câmara Municipal de Óbidos, respondesse às questões por este formuladas no dia oito de fevereiro, nos termos da alínea c) do número um do artigo sessenta e um do Regimento da Assembleia Municipal.-----

Foram projetadas algumas das questões colocadas, ao que a senhora deputada perguntou para quando seriam respondidos os seguintes pedidos de esclarecimento à Câmara, tendo estes sido veiculados pela Mesa da Assembleia, acrescentando que seria de evitar o recurso a outra entidade para que a Câmara cumpra a lei em vigor.--

---Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal Telmo Faria deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Humberto da Silva Marques.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentou os presentes, salientando que seria para este, um motivo de enorme regozijo quando os Presidentes de Junta de Freguesia estão atentos ao que se passava no concelho e, valorizavam o trabalho efetuado no território.-----

Fez saber que a obra de restauro da Igreja do Nosso Senhor da Pedra, iria iniciar no dia oito de maio do presente ano, já com a fiscalização contratada e, simultaneamente com execução de novos projetos para que, a obra se mantenha em recuperação até à sua fase final, ou seja, fase 1, 2 e 3, e com garantia de financiamento.-----

Quanto ao adarve da muralha, explicou que do concurso público resultou a deserção e, com recurso a um ajuste direto, o concurso estaria na fase de apresentação de propostas, crendo que, em meados de Julho, estariam reunidas as condições para iniciar a obra de recuperação.-----

Sobre a obra no Largo de São Marcos, caracterizou-a como dura e difícil, e esclareceu que o processo tem vindo a avançar, tendo o Visto do Tribunal de Contas e Declaração de Utilidade Pública, encontrando-se à presente data, em sede de audiência o processo de posse administrativa com carácter de urgência, ao que o empreiteiro de obra garantiu que a obra se iniciava em Maio.-----

Deu conta de várias obras na freguesia de A-dos-Negros, algumas delas em articulação com a Junta de Freguesia, destacando a requalificação de todo o espaço da Igreja de Santa Maria Madalena, um parque de lazer junto à Associação, obras de requalificação da Estrada Principal e melhorias de acessibilidades.-----

Relativamente à intervenção da senhora deputada Catarina Carvalho, esclareceu que apesar da solicitação ser remetida no dia oito, esta não teria chegado à Câmara Municipal naquela data, acrescentando que essa matéria administrativa técnica, deveria ser remetida pela mesa da Assembleia, tendo contudo, já tido a oportunidade de ver as questões, às quais as respostas estariam maioritariamente no Relatório de Gestão.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

Em relação à inspeção da IGAMAOT, lembrou que esta matéria teria sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara municipal e, posteriormente apreciada em Assembleia Municipal, onde se decidiu que posteriormente à avaliação feita pela inspeção, e caso houvesse crimes, se ponderava uma ação judicial contra a entidade em causa, não havendo até à data, relatório nem conclusões que levassem a essa ação.-----

Relativamente à pressão que estaria a ser exercida acerca da ata referente à Assembleia Municipal de vinte e quatro de novembro de dois mil e dezasseis, no que diz respeito ao Relatório, apelou para que o mesmo fosse melhorado, pois este teria sido solicitado pelo inspetor da IGAMAOT, considerando esta uma peça fundamental, onde os considerandos são débeis face às conclusões, bem como a atuação da própria Comissão que foi criada para o efeito, alertando para as possíveis consequências, caso se verifique a sua extinção.-----

---O senhor deputado Custódio Santos ressaltou que fez algumas recomendações que caso não fossem tomadas em consideração pelo senhor Presidente da Câmara, este iria torná-las públicas.-----

---O senhor deputado José Raposo fez saber que, no decorrer do período compreendido entre a realização da última Assembleia Municipal, bem como da data de realização da reunião da Comissão de Acompanhamento que ocorreu no dia vinte e quatro de março, e até à presente data, o senhor Presidente não teria entregue propostas de alteração que considerasse relevantes para a melhoria do Relatório Final da Comissão de Acompanhamento.-----

---O senhor deputado José Machado pediu a palavra, para salientar, no que diz respeito aos problemas ambientais na Avarela, que o Relatório preliminar recebido em junho, e suas conclusões apontariam na mesma direção do relatório final.-----

Relativamente à laboração da Pedreira, e sustentado pelo facto de constar de abaixo assinados, em que os moradores se haviam queixado, devido à Câmara Municipal, por lhes ter alegadamente, criado a expectativa do seu encerramento, importaria aferir as responsabilidades da Câmara Municipal nesta matéria, bem como ser esclarecido se, efetivamente a exploração estaria a ser feita dentro do plano de lavra, para se poder atuar em conformidade.-----

---Pediu a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso, para salientar o facto deste ter solicitado que fosse acrescentado o termo “responsabilidade” na Moção de Apoio com o intuito de proteger os habitantes da Avarela, sentindo que as suas expectativas foram defraudadas, pois já teria decorrido o prazo legal, para se poder participar um eventual crime ao Ministério Público.-----

---Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal e, em resposta ao senhor Custódio Santos, afirmou com total certeza que, a Câmara não seria a responsável pelo aumento das populações de insetos na Vila de Óbidos.-----

Quanto à questão da localização da paragem de autocarros, afirmou que esta teria mais dignidade do que anteriormente, não obstante ao facto, de poderem ser efetuadas melhorias.-----

No que diz respeito à intervenção do senhor deputado José Raposo, onde apontou para a sua alegada falta de contributos para a melhoria do Relatório, salientou que desde a apresentação inicial, e após ter reunido com elementos da Comissão, teceu vários considerandos e, enumerou os pontos onde existiria falta de sustentação no documento em causa, sendo do entendimento da Comissão, que esta se extinguia com a entrega do Relatório.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		8
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

Afirmou que a responsabilidade sobre esta matéria seria efetivamente da Administração Central, contudo, não se iria escudar atrás desta para resolver aquilo que seriam problemas locais.-----

Acerca da Pedreira, afirmou que a atuação da Câmara tem-se pautado por firmeza e vigilância, dando conta de um pedido de esclarecimento que foi feito à Direção Geral de Energia e Geologia e CCDR-LVT, sobre a questão do Plano de Lavra, ao que ainda não teria obtido qualquer resposta por parte das entidades.-----

O senhor Presidente Humberto Marques concluiu que não teceu apreciações de valores nem críticas, afirmando que teria apelado à Comissão que se mantivesse alerta e disponível para ajudar a resolver este problema.-----

---O senhor primeiro secretário, cumprimentou os presentes e, informou relativamente à correspondência recebida:-----

Foi recebida por via eletrónica uma Comunicação por parte do Grupo Parlamentar “Os Verdes” dando conta de uma pergunta que foi dirigida ao Governo sobre a precariedade dos profissionais do Centro Hospitalar do Oeste e, em aditamento a resposta do Ministério da Saúde, estando disponível para consulta.-----

Foi recebida comunicação por parte do Grupo Municipal do PSD, dando conta, que a partir da presente data, o senhor deputado José Luís Rocha de Oliveira, passaria a ser o porta-voz da bancada do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, nesta Assembleia Municipal.-----

Foram recebidas as comunicações de pedidos de justificação de falta dos senhores deputados e respetivas substituições.-----

---**APROVAÇÃO DE ATA:** Foi presente para aprovação a ata número dois, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e três de fevereiro do presente ano -----

---**Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por unanimidade.**-----

---**Aprovada em minuta por unanimidade.**-----

---O senhor deputado Evaristo Ferreira Ribeiro ausentou-se a partir deste momento devido a ter de comparecer na Assembleia de Freguesia que se realizava no mesmo dia pelas vinte e uma horas.-----

---Foi apresentada uma Moção de Apoio pelo Grupo Municipal do PCP, que se transcreve:-----

“Considerando:-----

Os mais recentes constrangimentos verificados na Linha do Oeste, com frequentes supressões de comboios, substituídos, ou não, por carreiras de autocarros;-----

A persistente falta de informação na hora, aos passageiros, sobre a circulação e horários dos comboios, a ausência de guarnição em diversas estações, várias delas encerradas no todo ou em parte do período do dia ou sem o mínimo de comodidade; A ausência de medidas governamentais e da CP para resolver de forma urgente e consistente o cada vez mais grave problema da falta de material circulante a diesel, problema este que mais se acentua a cada dia que passa;-----

O atraso já registado na concretização do Plano Ferrovia 2020, de electrificação e automatização do troço entre Meleças e Caldas da Rainha, no que à Linha do Oeste diz respeito;-----

A insuficiência deste Plano, que só electrifica e automatiza o troço a jusante das Caldas da Rainha, deixando de fora o troço a montante, prejudicando o processo de modernização e requalificação da Linha do Oeste,-----



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

A Assembleia Municipal de Óbidos, reunida em 27 de Abril de 2017, decide manifestar ao Governo, à CP e à IP,SA, as suas preocupações pelo que aqui é considerado e exigir que os mesmos adoptem as medidas adequadas à urgente regularização do funcionamento da Linha do Oeste, importante meio de comunicação regional e interregional, factor potencial de desenvolvimento económico e social local e regional e elemento da maior importância na rede ferroviária nacional, como única alternativa à Linha do Norte, entre Coimbra e Lisboa.

A Assembleia Municipal de Óbidos”.

---Passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta por unanimidade.

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta dos Votos de Pesar propostos inicialmente pelo Grupo Municipal do PSD, tendo sido subscritos pelos Grupos Municipais do PS e PCP, cujo teor se transcreve:

“O Grupo Municipal do PSD propõe a atribuição de um voto de pesar pelo falecimento do antigo Vereador da Câmara Municipal e Deputado da Assembleia Municipal Hernâni José Leal Pedras e, pelo falecimento dos Deputados da Assembleia Municipal, Miguel Nuno Serieiro Duarte e Luís Manuel de Oliveira de Noronha Tudella.

Pessoas de enorme espírito de ajuda ao próximo, que dedicaram muito do seu tempo a trabalhar pela comunidade.

Assim, pelo que deram na salvaguarda do bem coletivo se presta a merecida homenagem e apresenta-se as condolências às famílias enlutadas.”

---Foi cumprido um minuto de silêncio em sua homenagem.

---Por unanimidade, a Assembleia Municipal de Óbidos aprovou a presente proposta, pelo que manifestou o seu mais profundo pesar por este triste acontecimento.

Ponto Três - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais ao abrigo do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de Março, que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao fato do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto na alínea b) do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, referente ao procedimento para aquisição de fornecimento de energia elétrica – ao abrigo do acordo Quadro n.º 1/2016-CC-OESTE Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste (cc-oeste) – inclusão do lote 5;

Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta por unanimidade.

Ponto Quatro - Apreciação e eventual aprovação da proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e PAM para 2017;

Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor, dois votos contra e nove abstenções.

Aprovado em minuta por unanimidade.

Ponto Cinco - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2017;

---Pedi a a palavra o senhor deputado José Raposo que colocou algumas questões nomeadamente se, os novos postos de trabalho estariam a ser ocupados por trabalhadores com vínculo precário, e para quando estaria prevista a abertura dos



Assembleia Municipal de Óbidos		10
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

respetivos procedimentos concursais e, por último, qual a necessidade permanente dos mesmos.-----

---O senhor deputado João Paulo Cardoso solicitou que fossem prestados os devidos esclarecimentos no que diz respeito aos novos lugares criados pois, considerou ser insuficiente a informação prestada no mapa de pessoal.-----

---O senhor deputado Pascal Carvalho atentou para o facto da altura que foi escolhida para se efetuar esta alteração, bem como para os custos associados puderem não estar previstos para o ano em curso.-----

Por último, perguntou se eventualmente já se saberia, o nome da pessoa licenciada que, iria ocupar o posto de trabalho na área do Aprovisionamento.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira referiu que no próprio Mapa de Pessoal constavam os valores, considerando não serem significativos para o exercício do presente ano, e salientou a importância da gestão do Município ter de ser contínua, independentemente do facto de irem realizar-se eleições autárquicas.-----

---O senhor Presidente da Câmara salientou que estariam em causa dois grupos distintos, e que este Orçamento Geral de Estado, veio a permitir a mobilidade inter-carreiras desde o período pós dois mil e onze.-----

Quanto à questão financeira, explicou que, após uma análise cuidada, os valores contemplados para os casos de mobilidade inter-carreiras, seriam valores residuais, dando conta, de se ter verificado um elevado número de trabalhadores com pedidos de mobilidade para entidades externas bem como situações de aposentação.-----

Considerou fundamental proceder-se a esta alteração, atendendo à abertura desta prerrogativa contemplada no Orçamento Geral de Estado, que iria permitir regularizar a situação dos trabalhadores que estariam a exercer funções acima daquilo que é o seu índice remuneratório, lamentando que alguns considerem esta matéria como eleitoralismo, pois a sua maioria reside fora do Concelho de Óbidos.--

Quanto à previsão de abertura dos procedimentos concursais, esclareceu que, estes, só seriam abertos, quando e absolutamente necessário pois, o facto de estarem previstos os lugares no Mapa de Pessoal não significaria que iriam ser obrigatoriamente preenchidos, nem aferir quais os nomes que iriam ocupar os postos de trabalho sem antes, estar concluído o procedimento concursal.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria, com treze votos a favor, quatro votos contra e oito abstenções.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

Foi apresentada declaração de voto do Grupo Municipal do PS que se transcreve:-----

“Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

Em novembro passado, esta Assembleia Municipal aprovou o mapa de pessoal proposto pela Câmara, para 2017.-----

Passado pouco tempo e a 5 meses das próximas eleições autárquicas, a Câmara quer agora alterações ao Mapa de Pessoal, com uma dúzia de mobilidades para categoria superior.-----

Seria lógico que este assunto fosse tratado no início do novo mandato autárquico, em outubro ou novembro deste ano.-----

Há rumores que isto poderá estar relacionado com o que o foi escrito, há dias, nas redes sociais (assunto que tem sido muito comentado), que a situação exige a mudança da liderança política em Óbidos e que o PSD “já não tem unhas para esta guitarra”.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	11
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017

Gostaríamos de ter conhecimento, por exemplo, qual é o nome do licenciado que irá ser contemplado para os Aprovisionamentos?-----

Em face do exposto, o Grupo Municipal do PS absteve-se nesta votação.”-----

Ponto Seis - Apreciação e eventual aprovação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação – 2016, conforme previsto na alínea J) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

---O senhor deputado José Machado tomou a palavra, cuja intervenção consta da declaração de voto que foi apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira afirmou que não existia qualquer diferendo ou empolamento a nível de rácios, pois na contabilidade quando se lança um valor a débito terá sempre uma contrapartida a crédito, ou seja, um bem no ativo tem uma contrapartida no passivo, concluindo que se tirar as duas, os rácios não alteram.----

---O senhor Presidente da Câmara esclareceu que, de acordo com as indicações do Tribunal de Contas em dois mil e nove, deveriam registar-se todos os ativos da Câmara, tendo sido contratada uma entidade externa para fazer essa avaliação, havendo porém, muitas autarquias que não têm todos os bens inventariados pois, assim é mais fácil apresentar resultados líquidos do exercício positivos, pois não constam as amortizações que vão a custos.-----

Acrescentou que por imposição dos ROC, teria sido feita uma alteração não do valor total mas do valor de amortização, contudo, de acordo com a legislação em vigor, não são permitidas reavaliações de bens, afirmando que deveria de existir cautela nas recomendações que são feitas.-----

---O senhor deputado José Machado referiu que do ponto de vista geral, se assim for, seria absolutamente anacrónico nos dias de hoje, e uma situação lamentável, pois colide com toda a filosofia de gestão.-----

---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e doze abstenções.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

Foi apresentada declaração de voto do Grupo Municipal do PS que se transcreve:-----

“Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

Temos vindo a alertar que a valorização de vários bens do município está muito acima do mercado.-----

Após o nosso alerta, o ano passado, verificamos, com agrado, que entretanto foi corrigida a valorização de um terreno, junto à Lagoa de Óbidos, que estava escriturado na contabilidade municipal exageradamente por 714.000 €, mas a Câmara, por unanimidade, tinha concordado com a proposta de avaliação de peritos em apenas 105.000 €. Assim, neste caso, havia no ativo do balanço e na situação líquida o valor de 609.000 € a mais!-----

Este e outros empolamentos têm servido para a Câmara apresentar rácios ou indicadores da situação da Câmara mais bonitos!-----

Insistimos na recomendação para ser feita uma revisão da valorização do património municipal que é vendável. Quanto às estradas, à praça de Santa Maria e às escolas, porque esperamos que nunca serão vendidas, vale o que vale a contribuição dos respetivos valores contabilísticos para os rácios ou indicadores da saúde financeira do Município. -----

Voltamos a recomendar a venda de lotes não necessários para o Município, para amortizar a dívida bancária e não sobrecarregar os futuros exercícios com juros e amortizações. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		12
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

Não sendo esses lotes vendáveis aos preços que estão contabilizados, importa deixar de criar ilusões com rácios ou indicadores e, conseqüentemente, há que assumir as imparidades.-----

Será de lembrar que, neste mandato, a Câmara comprou à empresa municipal, lotes no Parque Tecnológico, por valor que o mercado não quis comprar. Foi um generoso ato de importante ajuda à tesouraria da empresa municipal!-----

Reafirmamos, mais uma vez, que persistem valores exagerados no Inventário, por serem muito superiores ao que se pratica atualmente no mercado, o que origina nomeadamente empolamentos de rácios ou indicadores. Se tivessem sido incorporadas estas imparidades, no valor de milhões de euros, os indicadores de gestão seriam diferentes.-----

Em face do exposto, o Grupo Municipal do PS absteve-se nesta votação.”-----

Ponto Sete - Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício do ano de 2016:-----

--- Pediu a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso, para constatar que, na página oito do Relatório de Contas, mais precisamente, na constituição da Assembleia Municipal de Óbidos, o senhor deputado José Machado deveria estar como Independente, importando ainda, na sua opinião, clarificar qual o motivo que levou à saída do Dr. Miguel Silvestre e ainda, relativamente ao Miguel Silvestre e passo a citar "que este saiu por imposição legal, conforme a lei das incompatibilidades especiais, era só isso que queria dizer".-----

--- Pediram a palavra os senhores deputados Jorge Veloso, Catarina Carvalho e José Machado cujas intervenções constam da declaração de voto apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

---Pediu a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira cuja intervenção se transcreve:-----

“Da análise às demonstrações financeiras e demais documentos apresentados constata-se rigor, responsabilidade, contensão nas despesas e enorme capacidade de adaptação em cada exercício.-----

Não nos podemos esquecer das dificuldades económicas que existem, e das constantes restrições impostas pelos sucessivos governos.-----

Na continuação da análise às contas do Município, Vejamos que em relação aos vários mapas se verifica:-----

Um Cash Flow positivo de 935 688.54€.-----

Um EBITDA de 1 496 170.00€, (Ebitda é um indicador financeiro que representa o quanto uma instituição gera de recursos através das suas atividades operacionais. O Ebitda tem muita importância, porque analisar apenas o resultado final da instituição (lucro ou prejuízo) muitas vezes é insuficiente para avaliar o seu real desempenho num dado período, já que muitas vezes é influenciado por fatores difíceis de serem mensurados.)-----

Estes dados demonstram o quanto o executivo se preocupa em não criar uma situação financeira de maiores dificuldades nos anos seguintes.-----

Temos que louvar ainda mais no ano em causa, pois sendo 2017 um ano de eleições autárquicas. O executivo poderia gastar cerca de mais um milhão de euros em obras. Mas, o respeito pelo concelho, pelos munícipes, pelo futuro e pela gestão do nosso Município foi colocada à frente de tudo isso.-----

Mesmo assim, não deixou de desenvolver o Concelho e de dar apoio às Freguesias, Associações, pessoas, e de fazer e apoiar obras que permitem ao nosso Concelho



Assembleia Municipal de Óbidos		13
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

encarar o futuro com optimismo, quando comparado com outros Concelhos, para não dizer uma grande maioria.-----

Com as grandes infra estruturas criadas nos últimos anos podemos encarar o futuro do nosso Concelho de forma risonha.-----

(Obras – relação pag 11 do relatório de gestão. Obras por Freguesia. Apoio Social) Continuação dos eventos com a mesma imagem e projeção que tem tido ao longo dos anos. Manutenção dos espaços existentes.-----

Em relação ao Pessoal, 51% Com antiguidade até 14 anos. Esta situação diz-nos que mais de 50% dos postos de trabalho foram criados durante a gestão do Município pelo executivo PSD.-----

Assistência e protecção Social no ano de 2016 superior a 174 mil euros (Pg 44 do relatório de gestão).-----

Em relação à execução física de 2016, destacamos:-----

Despesas correntes superior a 88%;-----

Despesas de Capital superior a 73%;-----

Com uma execução total superior a 84% (84.66%) (pg 46 do relatório de gestão)-----

Podemos ainda dizer que no período de 2010-2016 houve uma execução orçamental só de Investimento superior a 32 milhões de euros.-----

Em relação aos Impostos diretos com uma execução de 86.56%.-----

O que demonstra que a política tantas vezes criticada pela oposição, nos está a trazer os frutos desejados. E para os mais cétricos, demonstra que preparar o futuro é o que devemos ter sempre em mente. E, que o que em determinada altura era IMT, se tem transformado ao longo dos tempos em IMI.-----

Situação que nos permitiu o Investimento atrás referido e que continua a trazer cada vez maior equilíbrio. -----

Pois, as receitas próprias têm aumentado de forma a permitir-nos otimismo no futuro pelo equilíbrio criado pelas políticas adotadas.-----

O referido no parágrafo anterior, verifica-se porque só a venda de bens, prestação de serviços e impostos diretos representam mais de 62% das receitas correntes, o que contribui e demonstra o referido no início em relação ao EBITDA.-----

As despesas com pessoal são 37.78% do total das despesas. Situação mais que equilibrada e invejável para a maioria das instituições prestadoras de serviços.-----

Nas transferências de capital, do qual constam obras com estudo prévio, celebradas com as Freguesias, apoio a coletividades e fábrica da Igreja para obras em edifícios com uma execução física de 82.50%.-----

Da análise a alguns indicadores económicos podemos verificar o seguinte:-----

- 1-Que o Ativo circulante cobre o passivo circulante 1,93 vezes, ou seja, quase 2 vezes (liquidez geral)-----
- 2-Que os fundos próprios cobrem o Passivo em 203% (solvabilidade) -----
- 3-Que o passivo total, falamos de dívidas a curto, Médio e longo prazo, entenda-se aqui incluídos os empréstimos bancários assumidos a longo prazo, representa apenas 32.91% do Ativo, (endividamento), ou seja, o Ativo cobre mais de 3 vezes o Passivo.-----
- 4-Que os empréstimos de Médio e longo prazo, representam apenas 6.95% do Ativo.-----
- a.(empréstimos MLP 6 561 867.92€, Ativo 94 412 531.87€) -----
- 5- Não nos podemos esquecer que para isto ainda contribui uma dívida que remonta a 2001, antes da tomada de posse do executivo PSD.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	14
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017

Tudo isto revela uma saúde económica e financeira do Município de Óbidos que a todos deve orgulhar.-----

Perante isto, resta-nos, dar os parabéns e agradecer ao órgão executivo, fornecedores, bancos, colaboradores, munícipes e a todos os que confiam e contribuíram ao longo dos últimos anos, para que a gestão do nosso Município pudesse dar uma volta enorme, e criar uma visibilidade do nosso Concelho que até aí não tinha acontecido.”-----

---Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que em resposta aos senhores deputados fez saber que a obra agora executada por parte do Município seria resultado de despesa de capital feita em exercícios anteriores.-----

---Esclareceu que relativamente aos processos judiciais, seria matéria que não teriam propriedade para falar nessas matérias, pois o papel da justiça já teria dito o contrário do que os senhores disseram.-----

Fez saber que o Município de Óbidos teria um maior investimento per capita, comparativamente a outros Municípios, e que a obra de barragem ou Rede de Rega, não estaria incluída na prestação de contas.-----

Referiu que a dívida de terceiros teria diminuído, e que neste exercício, em relação a 2015, este executivo teve a capacidade de cobrar, do que estava por cobrar, mais oitocentos e vinte e cinco mil euros.

Referiu que só estaria disponível para colocar os ativos no mercado, quando estes fossem devidamente valorizados, considerando que não seria de boa gestão vendê-los nesta altura.-----

Salientou que os resultados operacionais eram positivos, e esclareceu relativamente ao valor do passivo que, seiscentos e nove mil euros da ETAR do Casalito e 600 mil euros de uma receita extraordinária no ano de dois mil e quinze por conta do contrato interadministrativo que foi assinado, estariam a contribuir para o valor do passivo.-----

No que diz respeito à dívida das Águas do Oeste, afirmou ser opção do Município, não reconhecer a dívida, pois considera haver matéria jurídica factual, do ponto de vista de violação do contrato de concessão por parte das Águas do Oeste e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e daí terem sido interpostas várias ações em tribunal.-----

---O senhor deputado Jorge Veloso sugeriu que à semelhança do que teria sido feito, com a venda de dois lotes junto ao Aqueduto por duzentos mil euros, sugeriu a venda dos lotes que estão no empreendimento, pois só estariam a trazer encargos. Como responsável financeiro, deveria tomar em consideração as recomendações por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

---O senhor deputado José Machado deu nota que nos últimos cinco anos, o Município teria apresentado resultados negativos do exercício, do qual, só se pagou de dívida, aquilo que já estaria previsto como amortizações obrigatórias depois do período de carência.-----

Atentou ainda para as reservas por parte do Revisor Oficial de Contas, no que dizia respeito a alguns procedimentos contabilísticos, sugerindo que este estivesse presente na próxima Assembleia Municipal, aquando da apreciação das contas consolidadas.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira lembrou, que em dois mil e um, por opção do Município, estrategicamente não havia património, inventário, nem amortizações, para não haver prejuízos, e esses existiram na mesma durante anos seguidos, verificando-se enormes dívidas e descrédito, aquando da tomada de posse em dois mil e dois.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	15
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017

Lamentou por último, aquilo que foi dito, atendendo à situação económica favorável que o Município de Óbidos apresenta, nomeadamente o facto deste apresentar a trinta e um de dezembro, um saldo de um milhão e sessenta mil euros, equivalendo ao pagamento de três meses de salários.-----

---O senhor Presidente da Câmara atentou para a redução de dívida dois milhões e setecentos mil euros, concluindo que dez milhões teriam alavancado investimento na ordem dos trinta e dois milhões de euros, tendo conseguido simultaneamente reduzir significativamente a dívida de curto, médio e longo prazo, sendo da opinião que o Município de Óbidos apresentava uma boa situação financeira, podendo sempre melhorar, e tomaria que, o cenário do país pudesse estar ao nível da Câmara Municipal de Óbidos.-----

---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor, onze votos contra e uma abstenção.---

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

Foi apresentada declaração de voto do Grupo Municipal do PS que se transcreve:-----

“Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

Verifica-se que no ano de 2016 se registou novamente prejuízo. É o 5º ano seguido em que Câmara Municipal de Óbidos apresenta prejuízo.-----

O resultado líquido negativo (prejuízo) da CMO no ano de 2016 foi de 1.515.455,00 €. Aumentou para cerca do dobro do prejuízo, relativamente ao ano anterior (que então foi de 779.194,12 €). Em todos os anos deste mandato autárquico houve prejuízo, segundo os dados apresentados pela Câmara.-----

São também negativos os resultados operacionais, os resultados financeiros e os resultados correntes. Não corresponde à realidade a explicação que está no relatório que o problema são as amortizações, uma vez que estas têm uma variação inferior a 1% de 2015 para 2016. Os problemas são outros. Excluindo a pequeníssima contribuição da variação das amortizações, o prejuízo cresceu, no último ano, em mais de 700.000 €.-----

De salientar que o Parecer do ROC tem justificadas reservas, devido à dívida reclamada pelas Águas do Oeste, no valor de cerca de 1.600.000 €, relativa a faturas que continuam a não estar registadas na contabilidade camarária, havendo processos judiciais sobre isto. Se estivessem registadas na contabilidade essas faturas, o prejuízo de 2016 seria o dobro do que foi apresentado.-----

Um dos contributos para o prejuízo apresentado pela CMO, relativamente a 2016, é uma questão para que o grupo municipal do PS alertou anteriormente, quanto ao valor do terreno cedido às Águas do Oeste não ser de 714.000 € (como estava escriturado na contabilidade municipal) mas sim de 105.000 € (conforme aprovação da CMO), isto é, houve aqui uma redução do ativo em 609.000 €, como hoje já foi referido, noutra ponto da agenda.-----

Alerta-se para o facto de dezenas de posições da lista de devedores à Câmara, serem de quem já, há vários anos, deixou de fazer qualquer pagamento, como é do conhecimento geral. Nessas situações, nem sequer há referência, em muitas parcelas dessa lista, às tentativas de cobrança das dívidas.-----

Há referências de quem também tinha dinheiro a receber dessas empresas e tirou as devidas ilações, isto é, passou primeiro para cobrança duvidosa e já terminou em incobrável.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		16
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

Lamenta-se não ter sido respondida a pergunta feita por Jorge Veloso, sobre o montante da despesa de condomínio que a Câmara tem com os 4 lotes no empreendimento do Bom Sucesso. Continuamos sem saber quanto paga a Câmara, por ano, para aquele condomínio. Será verdade o rumor de que a dívida da CMO ao condomínio é de mais de 60.000 €?-----

Insistimos na recomendação da venda desses lotes, uma vez que não são necessários para as atividades do Município e têm servido para gerar despesa.-----

Relembramos que o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos que vai vigorar até ao ano de 2026, não era necessário se parte da receita extraordinária, no valor de 18 milhões de euros, relativa aos dois últimos alvarás de empreendimentos turísticos (Royal Óbidos e Falésia d'El-Rei) fosse utilizada para pagar as dívidas do Município. E até neste mandato a Câmara recebeu muito dinheiro dum desses empreendimentos turísticos.-----

Recorda-se que o PSD de Óbidos fez publicar na imprensa, pouco antes das últimas eleições autárquicas, há quase quatro anos, que a Câmara tinha a receber de terceiros 10 milhões de euros, valor que chegava para pagar as dívidas bancárias do Município. O PSD de Óbidos acusou então a oposição de carecer de conhecimento ou seriedade. Entretanto, a dívida a receber de terceiros pela Câmara baixou muito. Falta uma explicação para o facto de a grande maioria deste dinheiro não ter sido para abatimento da dívida bancária.-----

Salientamos as reservas que o ROC vem fazendo e afigura-se-nos serem insuficientes algumas provisões, designadamente quanto a processos judiciais contra a Câmara Municipal. -----

Continua a parecer-nos que não será pelo justo valor atualizado que estão feitas as valorizações de vários bens que estão no ativo do balanço municipal, não obstante, em 2012, ter havido uma redução do valor do ativo em cerca de 47 milhões de euros. Vários rácios e indicadores apresentados para tentar demonstrar ser muito boa a situação financeira da Câmara, derivam do valor do património municipal, o qual em parte não será vendável e outra tem, atualmente, preços de mercado muito inferiores à valorização registada na contabilidade.-----

A apresentada análise do investimento público, per capita, no concelho, ao longo de anos, compara “alhos com bugalhos”. Por exemplo: a obra da barragem e albufeira do Arnóia não teve contabilização municipal, enquanto a obra de requalificação da Escola Josefa de Óbidos já é contabilizada municipalmente, mas ambas não foram suportadas pelos dinheiros municipais.-----

Voltamos a sugerir que se reduzem despesas evitáveis e sem efeito nos municípios, as chamadas “gorduras”.-----

Se tivessem sido incorporadas todas as imparidades e constituídas provisões adequadas para os riscos de condenações judiciais, relativas a processos em curso, o resultado seria ainda muito pior.-----

Insistimos na nossa solicitação para o Revisor Oficial de Contas (ROC) estar presente na próxima sessão da Assembleia Municipal, tal como já aconteceu há anos, a fim de serem esclarecidas várias situações.-----

Em face do exposto e dos muitos alertas sobre estas recorrentes situações, o Grupo Municipal do PS votou contra as contas apresentadas pela CMO, relativas a 2016.”--

Ponto Oito - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----



Assembleia Municipal de Óbidos		17
Ata n.º 2	Reunião de 27/04/2017	

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e uma horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e sete de abril do corrente ano, o senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, tendo agradecido a colaboração de todos, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, lavrei a presente ata, também vou assinar.-----